

DOCTRINA

ARTIGOS

Taxas

Sacha Calmon Navarro Coêlho	9
1 Os pressupostos jurídicos para a instituição de taxas.....	9
2 As taxas e os princípios retores da tributação.....	10
3 Taxas de polícia e taxas de serviço.....	11
4 Preconceitos a desfazer em matéria de taxas.....	12
5 Teorias errôneas sobre a natureza jurídica das taxas.....	13
6 Ainda a serventia da distinção entre taxas de polícia e de serviços.....	14

Financiación mediante *crowdfunding*: análisis de su imposición tomando como referencia el derecho tributario español

María Jesús García-Torres Fernández	17
1 Introducción.....	17
2 <i>Crowdfunding versus</i> mecenazgo.....	19
3 <i>Crowdfunding versus</i> inversión empresarial.....	28
3.1 Fiscalidad de los intermediarios financieros.....	32
3.2 Fiscalidad aplicable al financiador.....	34
3.3 Fiscalidad aplicable al receptor.....	35
4 Conclusiones.....	35
Bibliografía.....	38

Sistema tributário brasileiro e tratados internacionais

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	39
1 Introdução.....	39
2 A celebração de tratados internacionais pela República Federativa do Brasil.....	41
3 Exigências constitucionais para a internalização de tratados internacionais no Brasil.....	44
4 A legitimidade de tratados internacionais para isentar ou reduzir tributos estaduais, distritais e municipais na República Federativa do Brasil.....	50
5 A posição hierárquica dos tratados internacionais segundo a Constituição brasileira, o art. 98 do Código Tributário Nacional e a questão de aplicação de normas.....	55
6 Conclusão.....	65
Referências.....	66

A questão dos créditos de ICMS decorrentes da aquisição de ativos imobilizados nas operações de exportação e a imunidade tributária

Marina Tanganelli Bellegarde	69
1 Introdução.....	69
2 Direito ao crédito de ICMS.....	70

2.1	Bens do ativo permanente	73
2.2	Operações de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	74
3	Utilização do crédito de ICMS	75
3.1	Cálculo da utilização do crédito	75
3.2	Formas de utilização do crédito	77
3.3	Prazo para utilização de créditos	78
4	Crédito de ICMS exportação – bens do ativo permanente	79
4.1	Imunidade tributária – ICMS exportação	79
4.2	Análise jurisprudencial	86
5	Conclusão	88
	Referências	89

Averbação pré-executória: contextualização normativa e constitucionalidade

Phelippe Toledo Pires de Oliveira, Rogério Campos	91	
1	Introdução	91
2	A averbação pré-executória no contexto das medidas de racionalização da cobrança do crédito tributário	92
3	Moldura legal da averbação pré-executória	94
4	Da reserva de lei complementar e compatibilidade da averbação pré-executória com o Código Tributário Nacional	99
5	Conclusão	103
	Referências	104

O significado das expressões “segurança jurídica” e “excepcional interesse social” nas fundamentações das Modulações de Efeitos das Declarações de Inconstitucionalidade de Norma Tributária

Paulo Adyr Dias do Amaral, Raphael Silva Rodrigues, Diogo Mello Brazilioli	105	
1	Introdução	106
2	Objetivos	107
3	Justificativa	107
4	Panorama sobre modulação de efeitos	107
4.1	Controle de constitucionalidade	107
5	Modulação de efeitos	109
6	Modo bifásico de julgamento	111
7	Fundamentação para aplicação da modulação	113
8	Universo amostral da pesquisa	114
8.1	Fundamentos da pesquisa empírica no Direito	114
9	Critérios para coleta da amostra	116
10	Amostra	117
11	Análise dos acórdãos coletados	118
11.1	ADI nº 4.171 – DF	118
11.2	ADI nº 4.481 – PR	121
11.3	RE nº 680.089 – SE	123
11.4	ADI nº 4.628 – DF	124
11.5	RE nº 560.626 – RS	127
11.6	RE nº 559.943 – RS	129
11.7	RE nº 556.664 – RS	131
12	Compilação do resultado das análises	132
13	Considerações finais	134
	Referências	136
	Apêndice	137

“Produtos como serviços” e os desafios da tributação de negócios disruptivos

Maurício Barros	139
1 Introdução	139
2 Dificuldade do enquadramento de novos negócios disruptivos no sistema constitucional tributário	140
3 Algumas reações dos órgãos constituídos.....	144
4 Proposta conclusiva	146
Referências	152

A cobrança de Taxa Florestal sobre volume de produção fictício

Paulo Honório de Castro Júnior	155
1 Introdução	155
2 A base de cálculo da Taxa Florestal na hipótese de celebração de Regime Especial de substituição tributária.....	157
3 A substituição tributária, enquanto mecanismo de praticabilidade que serve ao Fisco, pressupõe a exclusão do substituído da relação jurídica tributária	158
4 A CF/88 e o CTN impedem a estipulação de regra de responsabilidade (no caso, solidária), por mero ato infralegal, como o Decreto que regulamenta a Taxa Florestal	161
5 O fato gerador da Taxa Florestal, em relação ao carvão vegetal, ocorre no momento do seu consumo e, portanto, pressupõe a base de cálculo volume consumido e não o meramente declarado em DCC	162
6 Violação à isonomia	167
7 Conclusão	168
Referências	170

O estado da arte da modulação temporal tributária no âmbito do Supremo Tribunal Federal: critérios e prognósticos

Leonardo e Silva de Almendra Freitas	171
1 Colocação do tema e escopo do artigo	171
2 Amostra de casos	172
3 Fatores/variáveis considerados(as) no (in)deferimento da modulação temporal	174
3.1 Possível beneficiário (contribuinte <i>versus</i> Poder Público)	174
3.2 Estimativa de impacto financeiro	175
3.3 Virada jurisprudencial (<i>overruling</i>)	176
3.4 Ações pendentes	178
4 Os pedidos de modulação temporal mais emblemáticos do ano de 2018.....	180
4.1 Tema 669 da Repercussão Geral (“Funrural pós-2001”)	180
4.2 Tema 69 da Repercussão Geral (“PIS/Cofins <i>versus</i> ICMS”)	183
5 Conclusões	185
Referências	186

PARECER

A inconstitucionalidade da Solução de Consulta da Coordenação Geral de Tributação (COSIT) nº 542

Ives Gandra da Silva Martins, Fátima Fernandes Rodrigues de Souza	191
--	-----